

DE QUE TRATA A PRAGMÁTICA?¹

José Borges Neto
UFPR e CNPq

Se existe algum consenso entre os pragmaticistas é o de que a pragmática é uma área de estudos de limites indefinidos.

Pragmaticistas tão díspares como Marcelo Dascal e Kanavillil Rajagopalan afirmam sobre esse assunto coisas bem parecidas.

- “[O] termo ‘pragmática’ designa um conjunto de problemas – uma ‘problemática’ – em vez de uma disciplina bem estabelecida.” Dascal (1985/2011, p. 51).
- “A pragmática ainda é vista por muitos estudiosos, não sem razão, como um verdadeiro ‘saco de gatos’ (...) O interesse da pragmática, para mim, sempre foi a inexistência da disciplina propriamente dita – na verdade, parece muito mais sensato falar em pragmáticas, no plural”. (Rajagopalan, 1996: 6).

Rajan atribui essa indefinição quanto aos limites da pragmática à “*confusão que paira sobre a questão da delimitação das subáreas dentro da linguística*” (Rajagopalan 1999 p. 325). Em outras palavras, para Rajan a falta de consenso sobre os limites da pragmática não é um “caso especial”, mas uma situação frequente no contexto da ciência da linguagem. Rajan pode ter razão: os limites entre as áreas nem sempre são claros para todos.

No caso da pragmática, eu diria que a indefinição vai além do estabelecimento de limites – do seu *objeto observacional* (os fenômenos que, de forma particular, cabe à pragmática tratar)² – a indefinição paira também sobre o arcabouço teórico que eventualmente a levaria à condição de disciplina e sobre os objetivos que levariam alguém a fazer pragmática (uma das ‘pragmáticas’ possíveis).

Sem pretender resolver o que quer que seja, é sobre esse estado de coisas que proponho algumas reflexões.

1. A primeira lição: o corte do frango.

Na minha infância, minha avó e minha mãe cortavam o frango assado de um jeito que sobrava um pedaço, chamado de *jogador*, que era “o meu pedaço”. O jogador era um pedaço da parte posterior do peito do frango, constituído basicamente de carne branca, que envolvia um osso em forma de arco que, depois de seco, servia para um jogo em que duas pessoas seguravam as duas pontas do arco e puxavam. Quando o osso se partia, a pessoa que ficasse com a parte que conservasse a ponta do centro do arco, era vencedora. Logo que casei, percebi que minha mulher cortava o frango de um jeito em que o osso jogador desaparecia. Conforme o corte que era praticado na casa de minha sogra, o peito era partido em dois num corte que incluía o osso jogador que,

¹ Texto de conferência proferida no *I Workshop Internacional de Pragmática*, Curitiba, UFPR, 28 de agosto de 2012.

² Há certo consenso sobre o que a pragmática não trata (sons ou morfemas, por exemplo); não há consenso sobre o conjunto de fenômenos que lhe caberia tratar.

desde o início, ficava dividido. O frango era o mesmo, mas os pedaços eram diferentes – e eu passei a ficar sem meu pedaço favorito do frango assado.

Essa é a primeira lição: um mesmo objeto pode ser cortado em pedaços de inúmeras formas e alguns pedaços, presentes em algumas formas de corte, podem desaparecer em outras.

A pragmática, portanto, existe e não existe. Tudo vai depender de como o estudo da linguagem (o “frango”) for recortado. Da mesma forma, mesmo que existente em determinados cortes, não precisa ter exatamente os mesmos limites em todos eles: num caso, pode incluir fenômenos que serão excluídos em outros.

2. A segunda lição: a organização dos livros na estante.

Certa vez, na segunda metade dos anos 1980, resolvi organizar minha biblioteca. Procurei os critérios usados nas bibliotecas universitárias; carimbei todos os livros e os classifiquei por uma versão simplificada do sistema CDD: os livros de linguística recebiam o número 410; os de filosofia recebiam o número 120; os de lógica, o número 160, e assim por diante. Etiquetei todos os livros e organizei os livros na estante pela ordem dos números atribuídos, em seguida por ordem alfabética de autor e, finalmente, por ordem alfabética de título. Ficou uma beleza. Organizei, ainda, um catálogo informatizado usando o velho D-Base (que rodava em DOS).

Minha mulher, achando que os livros estavam ficando empoeirados, pediu à empregada que os retirasse da estante, os espanasse e recolocasse no lugar. A empregada realizou a primeira parte da tarefa. Mas na hora de recolocar os livros na estante, estabeleceu um critério próprio: organizou-os por tamanho.

Essa é a segunda lição: um mesmo conjunto de objetos pode ser organizado de inúmeras formas. Objetos que ficam juntos numa forma de organização podem ficar separados em outras. E todas as formas de organização seguem critérios consistentes.

As gramáticas tradicionais, por exemplo, classificam as palavras a partir de critérios relativamente claros (critérios nocionais, no mais das vezes). Por seus critérios, palavras como ‘ele’ ou ‘nós’ são colocadas na classe dos pronomes pessoais enquanto palavras como ‘hoje’ ou ‘aqui’ ficam na classe dos advérbios. Se as gramáticas usassem a natureza dêitica como critério, todas essas palavras pertenceriam a uma mesma classe.

É possível, ainda, uma “lição secundária” no caso da organização dos livros: mesmo havendo n formas alternativas de organizar os livros na estante, há n outras formas impossíveis, porque os livros – eles mesmos – não as admitem. Posso organizar os livros por cor, por tamanho, por ordem alfabética de autor ou pelo catálogo sistemático CDD, mas não posso organizá-los pelas preferências gastronômicas (os que gostam de comida chinesa e os que preferem comida italiana), nem pelo tamanho de seus sapatos. Embora a realidade não diga como quer ser abordada e organizada, ela pode “reagir” a determinadas formas de abordagem ou organização, inviabilizando-as e marcando-as como *implausíveis*.

Os fenômenos linguísticos não são semânticos, sintáticos ou pragmáticos: eles podem ser tratados como semânticos em determinadas abordagens e pragmáticos em outras. Considerar que há fenômenos inerentemente pragmáticos é *naturalizar* distinções teóricas (i.e., tratar noções e distinções resultantes de uma abordagem teórica como se pertencessem ao próprio objeto). Classificar fenômenos é como colocar livros na estante: há muitos critérios possíveis e a escolha entre eles depende de nossos objetivos.

Em síntese:

- (i) a delimitação de um objeto observacional para a pragmática depende crucialmente da forma como imaginamos que nosso objeto é estruturado (da forma como cortamos o frango);
- (ii) a identificação e a classificação de partes (assim como a organização dos livros na estante) dependem de critérios, no mais das vezes, subjetivos, ligados aos *objetivos* do investigador.

Mas vamos adiante.

3. Os objetivos do pesquisador.

Como se pode ler em Dascal e Borges Neto (1991), a escolha de um objetivo relativamente à abordagem de um objeto determina um modo particular de construir esse objeto. Obviamente, além de fazer ciência, há outros objetivos possíveis que um estudioso da linguagem pode assumir: fazer filosofia, política ou literatura, por exemplo. E cada um desses objetivos vai determinar um modo próprio de construir o objeto. A linguística, ao escolher como seu objetivo *fazer ciência*, propõe um modo de conceber e construir seu objeto.

Ora, o que, exatamente, um pragmaticista quer fazer? Qual é o seu objetivo?

Começamos pensando em hipóteses em que o pragmaticista *quer fazer ciência*.

Uma das possibilidades é que o pragmaticista queira entender como funciona a interpretação de um enunciado linguístico real, emitido por um falante real, num contexto real de fala. O pragmaticista empenhado nessa tarefa está realizando uma investigação empírica e deve, em princípio, levar em consideração todos os fatores que parecem contribuir para que o falante obtenha sucesso na interpretação do enunciado. Vejamos um caso concreto.

Tomemos o seguinte texto: “*Corre sigilosamente num cartório de Brasília um processo de divórcio*”.

Acredito que todos são capazes de interpretá-lo.

Pois bem. Este texto parafraseia uma nota publicada na coluna “painel” da Folha de São Paulo em 1991. À época, li o texto para meus alunos e a interpretação foi unânime: Rosane e Fernando Collor estão se divorciando.

Evidentemente, essa informação não está contida no texto. Ela resulta, em parte, de um conjunto de informações veiculadas na época pela mídia, que incluíam a demissão de Rosane da LBA, com suspeita de corrupção, as fotos de mostravam Collor sem aliança, o fato de que Collor tinha evitado segurar a mão de Rosane durante um ato religioso etc. Ou seja, a possibilidade de que Rosane e Fernando Collor estivessem se divorciando estava “no ar”. Além disso, o fato de que a Folha de São Paulo desse uma notícia dessa natureza implicava que o casal em processo de divórcio fosse muito conhecido (certamente, haveria mais processos de divórcio correndo em cartórios de Brasília – nem todos dignos de destaque jornalístico). Além de buscar informações no contexto, os leitores do jornal tentavam estabelecer qual seria a *intenção* do jornal em veicular uma notícia como essa³. Assim, era de posse das informações do texto e do

³ Sírio Possenti, numa conversa recente, discordou de que se trate de interpretação da *intenção* do jornal. Para ele, a intenção do jornal é informar. Eu acho que o jornal informa mal, neste caso, em desobediência ao princípio da quantidade de Grice, produzindo uma implicatura. Essa implicatura é veiculada *intencionalmente* pelo jornal e a interpretação do texto depende da identificação, pelo leitor, da implicatura veiculada. Acho que a intenção da Folha, em 1991, era, justamente, veicular a implicatura.

contexto e com uma hipótese sobre a intenção do jornal, que se chegava à interpretação reconhecida pelos meus alunos.

Ora. Quando afirmei acima que acreditava que todos tinham sido capazes de interpretar o texto, certamente não estava pensando que todos tinham chegado à conclusão de que o casal Collor estava se divorciando. Não creio que alguém tenha chegado, naquele momento, a esta interpretação.

Em 2011, li novamente o texto para meus alunos – sem apresentar o contexto de sua publicação – e o resultado foi surpreendente: um dos alunos respondeu que se tratava do divórcio de Marcela e Michel Temer. Ao olhar para o contexto de 2011, pudemos supor que essa interpretação, provavelmente, levava em conta coisas como a diferença de idade entre Michel e Marcela (mais de 40 anos) e que a irmã de Marcela havia feito um ensaio fotográfico sensual para uma revista masculina, o que havia criado atritos entre eles. Novamente, a intenção do jornal também estava sendo interpretada. Certamente, esta interpretação era muito menos clara que a interpretação de 1991, já que apenas um aluno chegou a ela, enquanto a interpretação de 1991 foi unânime (provavelmente porque as informações do contexto eram mais fracas e menos destacadas na imprensa).

A interpretação de um enunciado, então, envolve pelo menos três coisas: um texto, um contexto e uma intenção do falante. E esta é uma conclusão empírica.

A importância do texto é clara. Não consigo ver que um texto dizendo algo como “*Corre sigilosamente num cartório de Brasília um processo de venda de imóveis*” levasse à interpretação de que o casal Collor ou o casal Temer estivessem se divorciando. O significado do texto (que, em princípio, é exatamente o mesmo em todas as suas enunciações) não pode ser ignorado. A importância do contexto e da atribuição de intenções ao enunciador é óbvia e vou me permitir não fazer outros comentários sobre isso.

Imagino que a análise que fiz desse pequeno texto da Folha possa ser considerada uma análise *pragmática*, já que envolve contextos e intenções do falante (e implicaturas). Mas não vejo razão para que não possamos considerá-la uma análise *semântica*.

Na verdade, o que quero dizer é que os limites entre semântica e pragmática perdem todo o sentido se estivermos envolvidos numa investigação empírica sobre os processos de interpretação de enunciados. Dizer que a semântica deve tratar do significado do texto e que a pragmática deve tratar do contexto e das intenções dos falantes é uma divisão de trabalho inútil, já que essas questões sempre aparecem juntas. Chamar essa investigação empírica de ‘semântica’ ou de ‘pragmática’ é uma mera questão de rotulagem.

Costuma-se dizer que a semântica trata de “significados literais” (i.e., livres de contexto). E, talvez, essa seja a prática de muitos semanticistas. Mas, acredito que isso tem mais a ver com certa tradição no uso dos rótulos do que com propriedades “naturais” dos pedaços que obtemos em algum corte específico do frango. Na medida em que a semântica se constitui como uma área de investigação empírica que quer entender como funciona a interpretação de um enunciado linguístico real, emitido por um falante real, num contexto real de fala, o objetivo dos semanticistas constrói outro objeto de estudos. E se alguém disser que esse outro objeto de estudos é a pragmática, isso não tem a menor relevância.

Em suma. A delimitação do objeto da pragmática depende crucialmente dos objetivos assumidos por aqueles que se identificam como pragmaticistas. Não se trata mais (apenas) de reservar para si uma “porção de realidade”, um conjunto de

fenômenos, uma metodologia de análise ou uma perspectiva sobre a língua. Trata-se de identificar para si um objetivo claro.

Penso que é isso que podemos encontrar em propostas de pragmática em que se quer fazer uma pesquisa útil, comprometida com a vida dos falantes em que os pesquisadores assumem sua responsabilidade social.

Talvez essa perspectiva fique mais clara se reproduzirmos as palavras de Rajan na resenha que faz do livro de Jacob Mey (Rajagopalan 2001):

[O] trabalho do pesquisador não pode simplesmente estar restrito a uma constatação dos fatos e sua minuciosa descrição – mesmo porque acreditar em 'fatos nus', prontos para serem revestidos de uma descrição neutra, é acreditar que haja duendes dançando em círculos no quintal da casa. Não há como se esquivar da importante questão da relevância social e utilidade concreta da pesquisa que fazemos, sob pena de transformar os nossos esforços em mero exercício mental a fim de solucionar quebra-cabeças criados pelas nossas próprias teorias inconsequentes.

O crescente interesse pela pragmática enquanto uma ciência da linguagem orientada para seus usuários naturalmente nos leva a pergunta: de que forma a pragmática será útil aos usuários? Em particular, posto que uma parcela significativa dos usuários de qualquer língua se encontra em situação desvantajosa em relação à língua e está nessa condição devido à sua posição desvantajosa na sociedade, um olhar mais profundo para as causas da marginalização social pode despertar uma visão nova do papel da linguagem em processos sociais; e, inversamente, uma consciência renovada da linguagem enquanto um dos fatores responsáveis pelas desigualdades sociais pode nos conduzir um uso mais libertador, mais emancipatório, da linguagem.

Sem polemizar com a noção de *pesquisa útil* suposta por Rajan (e por Mey), noção que já discuti em outro lugar (Borges Neto 2008), nem com a simplificação grosseira de considerar que a tarefa da ciência é “*mero esforço mental a fim de solucionar quebra-cabeças*” (gostaria de saber o que um físico, um químico ou um matemático diria sobre isso), só gostaria de dizer que essa perspectiva, em primeiro lugar, assume para a pragmática um objetivo *político* e não um objetivo científico. Ou seja, esse “novo” pragmaticista quer fazer política e não ciência.

A questão passa a ser: *como fazer política fazendo pragmática?*

Embora o tratamento da linguagem não devesse ser o mesmo do pragmaticista “cientista”, a tarefa, no fundo, é essencialmente a mesma. Ou seja, este pragmaticista “político” deve estudar o processo de obtenção das interpretações que os falantes atribuem aos enunciados, deve estudar os processos de obtenção de implicaturas, deve estudar a lógica da conversação, deve estudar os pressupostos dos enunciados, deve estudar atos de fala e forças ilocucionárias etc. Talvez a diferença esteja na suposição de que deveria haver um recobrimento ético-político da tarefa empírica, responsável pelo engajamento da investigação.

Aparentemente, a proposta “política” supõe duas coisas: (i) um tratamento descritivo/explicativo dos fenômenos linguísticos que não se distingue substancialmente da pragmática do “cientista” e (ii) um posicionamento ético.

Para que estivéssemos, de fato, diante de uma “nova pragmática” precisaria ficar claro como se dá o recobrimento ético-político da tarefa empírica e em que esse recobrimento ético-político altera a tarefa empírica. Em outras palavras, como uma

mudança de perspectiva que deixe de considerar a linguagem como um objeto “psicológico” e passe a considerá-la um objeto “sociológico” altera a prática investigativa. Sem isso, ficamos apenas com uma postura filosófica relativamente vaga que não atinge a atividade própria dos pragmaticistas.

Referências:

- Borges Neto, J. 1985. Diálogo sobre as razões da diversidade teórica na linguística. *Fragmenta*, Curitiba, n. 2, p. 1-13 (recolhido em Borges Neto 2004, p. 17-29).
- Borges Neto, J. 2004. *Ensaaios de Filosofia da Linguística*. São Paulo: Parábola.
- Borges Neto, J. 2008. Por que fazer linguística (e que linguística fazer)? In Matzenauer, C.L.B. et al. (orgs.) *Estudos da Linguagem*. Pelotas: Educat, p. 33-42.
- Dascal, M. 2011. *Pragmática e Filosofia da Mente I: o pensamento na linguagem*. Curitiba: Editora da UFPR (tradução por Rodrigo de Borges Fáveri de *Pragmatics and Philosophy of Mind*, Amsterdam: John Benjamins, 1985).
- Dascal, M.; Borges Neto, J. 1991. De que trata a linguística, afinal? *Histoire, Épistémologie, Langage*, Paris, vol. 13, n.1, p. 13-50 (recolhido em Borges Neto 2004, p. 31-65).
- Rajagopalan, K. 1999. Os caminhos da pragmática no Brasil. *DELTA* 15, nº especial, p. 323-338.
- Rajagopalan, K. 2001. Resenha de Mey, J.L. *Pragmatics: an introduction*. 2ª ed., Oxford: Blackwell, 2001. In *DELTA*, 17(2) (<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502001000200008>).